



Senadores mudam projeto do Código Florestal com cautela

Jefferson Rudy/MMA



Projeto começa a ser examinado esta semana na CMA, última comissão antes do Plenário, e precisará voltar à Câmara

Nas comissões que já deliberaram sobre o Código Florestal, os senadores evitaram fazer grandes mudanças no projeto recebido dos deputados. Na CCJ, o texto do relator foi aprovado apenas

com algumas adequações a normas. Na CRA e na CCT, foi aprovado novo texto que separa as disposições permanentes das transitórias. O relator também fez alterações de mérito, com ajustes nas regras. **3**

Desmatamento no bioma amazônico até fevereiro de 2008: relatório de Jorge Viana sobre o Código Florestal deve ser lido amanhã na CMA

Senado elege hoje novo 2º vice-presidente da Mesa **2**

Vital do Rêgo apela à Câmara para que vote logo *royalties* **4**

PSDB pede investigação no Ministério do Trabalho **4**

Anibal assinala Congresso da Juventude do PT **2**

Concurso de Redação do Senado premia finalistas hoje **2**

Evento nos EUA conta com senadores

Em missão oficial, os senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Cyro Miranda (PSDB-GO), destacados pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), participaram na segunda-feira de conferência sobre investimentos em saúde no Brasil, realizada em Nova York, nos Estados Unidos.

De acordo com a assessoria de Pinheiro, o evento é o primeiro a realizar diagnóstico do mercado brasileiro para empresas, bancos e investidores americanos que atuam no setor de saúde.

“Uma economia mais forte, uma melhor distribuição de renda e uma maior expectativa de vida transformaram o setor da saúde em um dos mais promissores para oportunidades de investimento e desenvolvimento no Brasil”, avaliou Walter Pinheiro.

Marco Couto / Agência AIBS



Participantes assistem às discussões sobre a situação dos quilombolas em audiência realizada pelo Senado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Paulo Paim diz que Brasil tem dívida com quilombolas

Em audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos em Porto Alegre, o senador Paulo Paim afirmou que ainda há muito a se fazer pelos

descendentes dos escravos foragidos em quilombos. Ele citou a necessidade de programas sociais e da titulação de suas terras. **4**

Votação secreta vai definir o substituto de Wilson Santiago, que deixou o cargo vago ao perder o mandato devido à decisão do STF que deu posse a Cássio Cunha Lima

Senado elege hoje seu novo 2º vice-presidente

ESTÁ MARCADA PARA a tarde de hoje a eleição do novo 2º vice-presidente do Senado. O eleito ocupará a vaga deixada por Wilson Santiago, que perdeu o mandato dia 8, com a posse de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Ainda não há informações sobre candidatos.

Wilson Santiago ocupava vaga no Senado porque o candidato mais votado na Paraíba, Cássio Cunha Lima, havia sido barrado pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). O

registro de sua candidatura foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) porque Cunha Lima tivera o mandato de governador cassado por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006. No dia 19 de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) manifestou entendimento oposto e determinou sua posse imediata, por não reconhecer a possibilidade de aplicação da Lei da Ficha Limpa no pleito de 2010.

O 2º vice-presidente do

Senado substitui o 1º vice-presidente em suas faltas ou impedimentos. De acordo com o Regimento Interno do Senado, a Mesa deve ser constituída observando-se a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares, o que pode deixar de ocorrer se houver acordo entre os líderes. A eleição de membros da Mesa é realizada em votação secreta. É exigida a maioria de votos, e o quórum exigido para a realização do pleito é de 41 senadores.

Concurso de Redação premia hoje seus finalistas

Os 27 finalistas do IV Concurso de Redação do Senado serão premiados hoje às 10h. Durante três dias, eles também participaram do Projeto Jovem Senador, no qual atuarão como senadores simbólicos. A "legislatura" termina no dia 18 de novembro, com a redação dos projetos aprovados e sua publicação no *Diário do Senado Federal*. A melhor proposta apresentada nos três dias de "mandato" poderá ser transformada em projeto de lei e discutida pelos senadores.

O tema da redação foi "O Brasil que a gente quer é a gente quem faz". Os melhores textos foram selecionados nas escolas e cada estado escolheu um representante. Os três primeiros colocados foram selecionados por uma comissão do Senado.

Projeto unifica data de posse dos deputados estaduais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar hoje, às 10h, matéria que unifica a data de posse dos deputados estaduais e distritais em 1º de fevereiro. A unificação faz parte de emenda de Plenário à proposta que trata das datas de posse de presidente da República, governadores e prefeitos.

Pelo texto da PEC 38/11, o mandato presidencial começaria em 15 de janeiro; o dos governadores, em 10 de janeiro; e o dos prefeitos, no dia 5. A proposta é originária da Comissão Especial de Reforma Política, e a emenda de Plenário foi apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O objetivo é evitar defasagem entre os mandatos dos Executivos e Legislativos estaduais – deputados distritais e estaduais podem ter mandato

com término diferente daquele dos governadores. Para tanto, a emenda estabelece que o mandato desses parlamentares, eleitos em 2014, terminará em 31 de janeiro de 2019.

De acordo com Aloysio, os governadores hoje tomam posse em 1º de janeiro e há deputados estaduais que chegam a tomar posse até o dia 15 de março.

– Não há sentido em manter tal defasagem, pois, mesmo que os governadores passem a tomar posse dia 10, como proposto pela PEC, ficarão mais de dois meses governando com assembleia legislativa que já não mais representa a vontade dos eleitores do estado – disse.

O relator da proposta, Renan Calheiros (PMDB-AL), acatou a sugestão de Aloysio.

Anibal destaca Congresso Nacional da Juventude do PT

Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a importância da mobilização dos jovens que acreditam na política e anunciou a realização, em Brasília, do 2º Congresso Nacional da Juventude do PT. O encontro discute a contribuição da nova geração no "processo de transformação do Brasil" e terminou ontem.

– Temos hoje uma política para a juventude, construída nos últimos anos pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff, que procura

dar suporte a uma faixa etária que era a principal parcela da população brasileira atingida pelo desemprego, pela evasão escolar, pela falta de formação profissional, por mortes por homicídio, por envolvimento com drogas e pela criminalidade – afirmou.

Para enfrentar esses desafios, o senador disse que o governo federal criou iniciativas como a Política Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria



Waldemir Brito/SENADO FEDERAL

Governo tem políticas próprias para essa faixa etária, diz senador

Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, entre outras.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Medidas provisórias

14h A pauta está trancada por três projetos de lei de conversão: o PLV 26/11 autoriza o Conselho Monetário Nacional a estabelecer condições para negociação de derivativos; o PLV 28/11 constitui fonte de recurso adicional ao BNDES; e o PLV 29/11 institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras e dispõe sobre redução do IPI à indústria automotiva.

Presidência Jovens senadores

10h O senador José Sarney participa da premiação dos vencedores do IV Concurso de Redação e, logo depois, da sessão de posse dos jovens senadores e da eleição da Mesa.

CAS Liberação do FGTS

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que permite a liberação do FGTS do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio. Outro projeto proíbe o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

Concurso Premiação

10h Cerimônia de premiação dos vencedores do 4º Concurso de Redação do Senado Federal, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis. Após cerimônia, sessão de posse e eleição da Mesa do Projeto Jovem Senador. A legislatura dos jovens parlamentares terá duração de três dias.

CDH Quilombolas

10h Integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reúnem-se com representantes de comunidade quilombola, em Morro Alto, no município de Maquiné (RS), para apurar a situação dos residentes.

CCJ Brasil Rural

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina, entre outros projetos, o que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.

CMMC Efeito estufa

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública para tratar das atividades que reduzem as emissões de gases do efeito estufa provocadas por desmatamento e degradação florestal. Participam do debate representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

Jovem Senador Início dos trabalhos

14h30 Início dos trabalhos legislativos do Projeto Jovem Senador, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

CMO Créditos para ministérios

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para exame de projetos que autorizam créditos extras para vários ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: vago*
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges**, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de segunda-feira do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Geovani Borges • Ana Amélia • José Sarney

* Vago em razão da posse de Cássio Cunha Lima no lugar de Wilson Santiago | ** Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissões ampliaram o debate com especialistas e fizeram ajustes baseados em entendimento com o governo e a Câmara, para onde volta o projeto



Área desmatada na Floresta Amazônica: cada comissão envolvida na decisão sobre o código tem procurado aprofundar ao máximo o tratamento das questões abarcadas pela nova legislação

Senado mostra cautela ao mudar Código Florestal

O PROJETO DE reforma do Código Florestal (PLC 30/11) que chegou em maio ao Senado, após polêmico processo de votação na Câmara, tem passado por ajustes a cada comissão que examina o assunto. No entanto, as alterações no texto têm sido precedidas por exaustivas negociações entre os senadores e também junto aos deputados e aos representantes do governo federal.

O esforço para chegar a um acordo se justifica: o projeto precisará retornar à Câmara, onde os deputados vão avaliar as alterações feitas no Senado, podendo inclusive rejeitar as modificações. E ao final, quando a matéria seguir para sanção, a

Presidência da República poderá usar de sua prerrogativa para vetar o texto integralmente ou em partes.

A cautela dos senadores tem se verificado em todas as comissões que já deliberaram sobre a matéria. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi aprovado texto do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), com poucas modificações, apenas para adequar o projeto às normas jurídicas e constitucionais.

Nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT), onde Luiz Henrique também foi relator, foi aprovado novo texto, em que a mudança mais significativa foi na estrutura

geral da proposta – para separar disposições permanentes das disposições transitórias. O relator também incluiu alterações de mérito, com ajustes nas regras previstas. (Veja quadro ao lado com as principais mudanças aprovadas até agora.)

Nesta semana, o projeto começa a ser examinado na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde é relatado por Jorge Viana (PT-AC). Essa será a última comissão antes do envio do texto ao Plenário, e o senador terá o desafio de buscar o entendimento sobre as questões mais polêmicas, que deixaram de ser votadas nas comissões anteriores exatamente pela falta de acordo.

Relatório sobre projeto será lido amanhã em comissão

O relatório de Jorge Viana sobre o projeto de Código Florestal deve ser lido amanhã na Comissão de Meio Ambiente e não hoje, como previsto semana passada pelo presidente da comissão, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Como a intenção é que haja pedido de vista para que os senadores tenham mais tempo para analisar as modificações sugeridas pelo relator, a votação deve ficar para a próxima semana. Após a decisão da CMA, o projeto segue para o exame do Plenário e depois será reenviado à Câmara dos Deputados.

O PLC 30/11 passou primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça e, semana passada, pelas comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia. Nas três comissões, foi aprovado substitutivo de Luiz Henrique e, nas duas últimas, foram destacadas 20 emendas, para votação após a aprovação do texto-base. Por

falta de acordo, só houve de liberação sobre três emendas, tendo uma sido aprovada e duas, rejeitadas.

As demais 17 emendas destacadas foram enviadas para a Comissão de Meio Ambiente e poderão ser incorporadas ao relatório de Jorge Viana. Entre as emendas, estão as que alteram artigos sobre a regularização de atividades mantidas em área de preservação permanente (APP), de autoria de Rollemberg, Acir Gurgacz (PDT-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Sérgio Souza (PMDB-PR). As modificações sugeridas são divergentes, o que evidencia a polêmica em torno do tema.

Casildo, por exemplo, quer o fim da obrigação de recomposição de mata ciliar de rios com até dez metros de largura, como previsto no substitutivo. Em sentido oposto, Rollemberg quer estender a obrigação para rios acima dessa largura.



O texto de Jorge Viana pode receber a incorporação de 17 emendas

Os destaques tratam ainda de prazos para adesão a programa de regularização ambiental, dos segmentos que poderão ser beneficiados pela isenção de recomposição de reserva legal e de mecanismos para pagamento por serviços ambientais.

Em seu relatório, Jorge Viana poderá também prever regras específicas para a manutenção de áreas protegidas nas cidades e capítulo específico para os agricultores familiares.

Modificações já aprovadas no Senado

As disposições permanentes tratam do regime de proteção das APPs e reserva legal. As disposições transitórias tratam da regularização do passivo ambiental

ALTERAÇÕES NAS REGRAS PERMANENTES

- Hipóteses para supressão de vegetação em área protegida:** no projeto que voltará à Câmara, estão delimitadas as hipóteses segundo as quais poderá ser autorizada a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, agrupadas em: utilidade pública; interesse social; e atividades eventuais ou de baixo impacto social.
- Delimitação de pousio:** o período durante o qual uma área que já foi ocupada com agropecuária fica sem exploração, chamado de pousio, foi limitado a dez anos. Essa regra tem impacto direto sobre o conceito de área consolidada, introduzido na Câmara para configurar cultivos e criações realizados até 2008, que serão passíveis de regularização. No conceito, é admitida a possibilidade de pousio, configurando que a atividade consolidada está interrompida temporariamente. No texto que chegou ao Senado, não havia limite de tempo para determinar o pousio de uma área.
- Inclusão do conceito de manguezais:** no projeto aprovado na Câmara, os deputados propõem retirar do novo Código Florestal a definição de manguezais e o tratamento desse ecossistema como área de preservação permanente. O conceito e a condição dos mangues como APPs foram reintroduzidos pelos senadores.
- Cultivos em vazante:** os senadores restringiram à pequena propriedade ou posse rural familiar a possibilidade de plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto, na faixa de terra que fica exposta na vazante dos rios, desde que não implique a retirada de vegetação nativa.
- Floresta em áreas com declive:** no capítulo de áreas de uso restrito, em artigo referente a áreas com inclinação entre 25 e 45 graus, os senadores mantiveram a possibilidade de manejo sustentável, mas excluíram a possibilidade de uso para culturas lenhosas e para a silvicultura.
- Averbação da reserva legal:** os senadores incluíram norma determinando que, ao fazer o registro da área de reserva legal no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o produtor ficará desobrigado de fazer a averbação dessa reserva em cartório, o que representa redução de custos e simplificação de regras.
- Incentivos econômicos:** o novo Código Florestal poderá determinar que o Executivo institua, em até 180 dias após a publicação da nova lei, programa de incentivos à recuperação e à manutenção de áreas florestadas. Em capítulo que trata do tema, os senadores também indicam nove possíveis destinações para os incentivos.

ALTERAÇÕES NAS REGRAS TRANSITÓRIAS

- Atividade consolidada em área de preservação permanente (APP):** os senadores explicitaram que só poderá ser autorizada a continuidade de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural em APPs consolidadas até julho de 2008. Também explicitaram a consolidação da ocupação de apicuns e salgados, formações que integram os manguezais e são usados para produção de camarão e de sal. Foi excluído parágrafo que permitia a regularização de outras atividades em APPs e outro parágrafo que abria possibilidade para o Programa de Regularização Ambiental (PRA) autorizar outras atividades em áreas de preservação. No novo texto, os senadores ressaltaram que as atividades autorizadas devem observar critérios técnicos de conservação de solo e de água e que fica proibida a conversão de novas áreas.
- Ocupação em encostas:** deverão ser regularizadas culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo em áreas com inclinação entre 25 e 45 graus. A medida visa regularizar, por exemplo, plantios de café, uva e maçã.
- Compensação de reserva legal:** os senadores incluíram parágrafo estabelecendo que as medidas de compensação não podem ser utilizadas para justificar novos desmatamentos. Foi mantida regra aprovada na Câmara que restringe a compensação de reserva legal a propriedades no mesmo bioma, mas os senadores deram nova redação, de forma a conferir maior objetividade ao texto.
- Atividades em APP inadequadas para regularização:** as propriedades rurais situadas em APPs que não se adequem aos critérios exigidos para sua regulamentação deverão se adaptar somente aos programas de Regularização Ambiental, não estando obrigadas à recuperação integral, conforme previsto no texto original.

Partido quer que o Ministério Público Federal investigue o ministro do Trabalho e funcionários da pasta acusados de corrupção pela imprensa

PSDB entra com outra representação contra Lupi



Alvaro Dias diz que objetivo é combater banalização da corrupção

AS NOVAS DENÚNCIAS contra o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, divulgadas no fim de semana pela imprensa, levaram o PSDB a protocolar nova representação no Ministério Público Federal. Foi o que informou Alvaro Dias (PSDB-PR) ao Plenário na segunda-feira.

Essa é a segunda representação, agora pedindo a investigação judicial necessária para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos nos últimos escândalos de corrupção no Ministério do Trabalho. A revista *Veja* publicou matéria sobre

viagem que Lupi teria feito ao Maranhão em avião alugado por Adair Meira, que chefia uma rede de ONGs conveniadas ao ministério e envolvidas em irregularidades. O ministro havia negado na Câmara ter qualquer relação com o empresário.

– O pedido ao procurador-geral da República trata da instauração do inquérito policial para apurar a materialidade e a autoria de todos os envolvidos e de promover as devidas ações de improbidade administrativa e de reparação cível ao erário em face da conduta ilícita dos

servidores públicos – explicou o senador.

Além disso, o PSDB apresentou requerimento na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convidando o ministro a prestar esclarecimentos e defender-se das acusações de improbidade administrativa. O debate, explicou Alvaro Dias, busca ampliar a capacidade de indignação da população.

– É uma tentativa de se combater a impunidade, oferecendo reação a essa banalização estúpida da corrupção no país, fato ocorrido nos últimos anos,

a meu ver, como o mais perverso desserviço que se prestou à sociedade brasileira – disse.

O senador também anunciou que pedirá ao líder do partido na Câmara, deputado Duarte Nogueira (SP), que estude a possibilidade de a Mesa daquela Casa instaurar o procedimento necessário para julgar o ministro Carlos Lupi pelo cometimento do crime de responsabilidade. Lupi disse aos deputados, na semana passada, não ter relações com Adair Meira, o que, segundo a reportagem da *Veja*, não corresponde à verdade.

Requião exalta atualidade de partido já extinto

Sob o pano de fundo da crise econômica internacional e das conjunturas instáveis por que passam vários países, Roberto Requião (PMDB-PR) apontou a atualidade do conceito de “intelectual orgânico”, elaborado pelo italiano Antonio Gramsci a propósito da função do partido político de reunir interesses diversos sob uma única direção. O senador deu o exemplo do extinto Partido Operário, fundado em 22 de junho de 1890 em Curitiba.

– A atualidade dos seus temas é flagrante ainda hoje – afirmou o parlamentar. Na leitura que fez do programa do partido, ressaltou que os fundadores, entre eles seu bisavô, apontavam a necessidade de os governantes serem honestos e as dificuldades de estabelecer uma política popular.

Os tópicos do programa destacados por Requião entusiasmarão Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a solicitar ficha de filiação na legenda extinta.



Senador lembra conceito de intelectual orgânico, de Gramsci



Aloysio Nunes diz que PT não mudou forma de fazer política

PT não melhorou política nacional, aponta Aloysio

Segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal não permitiu que a política brasileira evoluísse. Apesar de reconhecer avanços na área social, o senador disse que o PT não tirou as “amarras que tolhem a força da cidadania”.

– A incapacidade que tem o Partido dos Trabalhadores de mudar a forma de fazer política do nosso país e, com isso, satisfazer às demandas e aspirações que ele encarnou na oposição levam a uma enorme frustração de cidadãos – afirmou o senador, que disse ter nutrido expectativa de mudanças na época em que o PT chegou ao poder. O senador afirmou que o PT levou para dentro do governo e do Estado movimentos sociais – como o movimento estudantil e o Movimento dos Sem Terra. Esses movimentos, segundo Aloysio, foram, aos poucos, engessados por conselhos e instâncias deliberativas para se tornar “braços do Estado”.

Vital do Rêgo pede que Câmara agilize royalties

Vital do Rêgo (PMDB-PB) fez apelo para que o presidente da Câmara, Marco Maia, defina data para votação do substitutivo ao PLS 448/11, que dá nova redistribuição aos royalties do petróleo, beneficiando estados e municípios não produtores. Ele reforçou a convocação da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para que, no dia 25, prefeitos, vereadores e entidades da sociedade civil apoiem a proposta, em resposta às manifestações do Rio e do Espírito Santo.

O senador disse que está encerrada a fase preliminar dos relatórios do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA) e que ambos deverão ser votados em 20 de dezembro.

Ele acredita que hoje ou amanhã seja votada a Proposta de Emenda à Constituição 33/09, a PEC dos Jornalistas, que restabelece a exigência do diploma superior para o exercício da profissão.



Senador lembra atos de mobilização pelos municípios



Senadora assinala importância de saber organizar ações

Ana Amélia: informação para o combate ao crack

Ana Amélia (PP-RS) registrou o lançamento do Observatório do Crack, o maior banco de dados sobre o avanço das drogas no país, elaborado a partir dos resultados de pesquisa feita em dezembro de 2010 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A pesquisa revelou que 98% das cidades brasileiras enfrentam problemas relacionados ao tráfico e consumo do crack e outras drogas.

De acordo com a parlamentar, os gestores municipais poderão consultar esses dados e acompanhar as ações desenvolvidas, os investimentos realizados e os resultados obtidos. Também poderão acompanhar as ações interseccionais implementadas nas esferas municipal, estadual e federal.

Ana Amélia apontou ainda que a maioria dos municípios não possui infraestrutura pública de enfrentamento do problema e somente 12,4% possuem conselho municipal antidrogas.

Viana quer mais políticas para os microempresários

Jorge Viana (PT-AC) pediu ao governo que crie mais políticas para fortalecer o empreendedorismo. Segundo o senador, os micro e pequenos empresários e os empreendedores individuais já são 21 milhões e representam 20% do produto interno bruto (PIB) do país.

Porém, ressaltou, os números podem se aproximar dos índices europeus e americanos, atingindo 40%. Para isso, segundo ele, é preciso haver menos burocracia e maior oferta de crédito.

Jorge Viana citou o exemplo de seu irmão, o governador do Acre, Tião Viana (PT), que tem trabalhado em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Secretaria de Pequenos Negócios, favorecendo o empreendedorismo no estado.

– O desafio hoje é melhorar a qualidade do dono. Não é só formar os empregados. Temos que criar programas de gestão empresarial – disse.



Para Viana, número de pequenos empresários deveria aumentar



Senador destaca o Melhor em Casa e o SOS Emergências

Geovani celebra novos programas para a saúde

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou, na segunda-feira, o lançamento de dois programas da área de saúde pela presidente Dilma Rousseff, na semana passada: o Melhor em Casa e o SOS Emergências.

O senador destacou declaração da presidente dizendo que não se pode esperar que recursos para o setor “caiam do céu”.

– Dilma reconheceu que a implantação dos programas demanda tempo e recursos, mas vão ser aproveitados os já disponíveis para a área. A orientação é clara, fazer mais com o que se tem, e não ficar de braços cruzados esperando recursos caírem do céu – disse Geovani.

O Melhor em Casa pretende atender em suas próprias residências os pacientes que não precisam de internação hospitalar. Já o SOS Emergências é voltado para a gestão hospitalar no atendimento a emergências em todo o país, com mapeamento das unidades e dos leitos disponíveis.

Há muito a se fazer pelos descendentes das populações dos quilombos, diz Paim

Em debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre as comunidades quilombolas gaúchas, realizado segunda-feira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Paulo Paim (PT-RS) lembrou a dívida dos brasileiros com os descendentes das pessoas que lutaram contra a escravidão.

O senador destacou o consenso entre os debatedores quanto à necessidade de dar dignidade aos quilombolas.

– Acordamos sobre o acesso às políticas públicas e sociais, a aceleração da titulação das terras quilombolas e indígenas e a necessidade de contestar a Adin [ação direta de inconstitucionalidade] contra

o Decreto 4.887/03 – disse Paim, citando a norma que regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Ele lamentou que mesmo entre os negros ainda não haja o reconhecimento devido à

importância dos quilombolas.

Segundo os participantes do debate, há no Rio Grande do Sul 174 grupos de descendentes de escravos, mas só três contam com reconhecimento pleno. As comunidades pedem a regularização de suas terras.

O ministro interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Mário

Theodoro, espera que o Plano Plurianual (PPA) ajude a dinamizar a política de reconhecimento das terras quilombolas.

Hoje os membros da CDH, acompanhados de autoridades e líderes de movimentos sociais, irão ao distrito de Morro Alto, em Maquiné (RS), para debater as condições das comunidades quilombolas daquela região.